

## ONDE ANDAM AS MULHERES: Balanço Sobre a Atuação Feminina em Motins no Início do Século XX em São Paulo

### WHERE WOMEN WALK: Analysis of Women's Role in Riots at the Beginning of the 20th Century in São Paulo

Vitória Ribeiro<sup>1</sup>

**Resumo:** Nosso intuito com este artigo é de entender a atuação feminina em motins no início do século XX, reconhecendo a circulação no espaço urbano marcada pelo estigma e a violência. Submetidas ao ideal da mulher relegada ao espaço doméstico e à realidade precária de mulheres trabalhadoras, expor como as mulheres andavam na cidade nos orienta a melhor compreender sua atuação nos debates por melhores condições de vida. Partiremos de contribuições no debate sobre os motins e a economia moral, nos levando à imprensa como fonte promissora para denúncias. Buscaremos trazer considerações exploradas pela historiografia, com enfoque na cidade de São Paulo durante período de mobilização contra a crise de moradia que assolava a cidade no período. **Palavras-chave:** Mulheres, Motins, Direito à Cidade, São Paulo, Primeira República.

**Abstract:** Our aim with this article is to understand women's participation in riots at the beginning of the 20th century, recognizing their movement through urban spaces shaped by stigma and violence. Subjected to the ideal of women confined to the domestic sphere and to the precarious reality of working women, examining how they moved through the city helps us better understand their role in struggles for improved living conditions. We begin with contributions to the debate on riots and the moral economy, leading us to consider the press as a promising source for public denunciations. We seek to incorporate reflections drawn from historiographical contributions, focusing on the city of São Paulo during a period of mobilization against the housing crisis affecting the city during this period.

**Keywords:** Women, Riots, Right to the City, São Paulo, First Republic.

#### *Economia moral, motins e a atuação feminina na historiografia*

A escassez de fontes configura uma das principais dificuldades no estudo sobre a história das mulheres (Perrot, 2017). Esse desafio é ainda maior se tratando de mulheres pobres, nos sobrando esparsos registros. Na tentativa de apreender a atuação dessas agentes nas mobilizações urbanas, devemos nos atentar a pequenas pistas, muitas das vezes associadas a seus “desvios de comportamento” (Rosin, 2021). Em seu texto de revisão sobre a economia moral, E. P. Thompson dedica uma seção inteira a falar especificamente sobre as mulheres e suas relações com os motins entre os séculos XVII e XVIII. O autor aponta para a dificuldade das fontes, visto que muitos dos termos utilizados para descrever essas mobilizações falavam de multidões, no plural, e de forma

---

<sup>1</sup> Mestre e doutoranda em História pela Universidade Federal de São Paulo. E-mail: ribeiro.vitoria@unifesp.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2332-4724>. Bolsista CAPES-DS.

“neutra”, relegando sua presença na imprensa à quando eram presas ou mortas, ou seja, em situações de extrema violência (Thompson, 1998).

Thompson argumenta que a presença (ou ausência) das mulheres nos motins poderia estar relacionada a mudança de táticas. Outro ponto de destaque é o lugar central delas na compra e venda de bens de primeira necessidade nas cidades-mercados, conhecidas à época como “mercado das mulheres”. O historiador evidencia o papel social das mulheres enquanto responsáveis pela administração das casas e, conseqüentemente, serem aquelas mais conscientes dos preços dos alimentos e capazes de discutir sobre as altas deles. Aponta que as cidades-mercados além de exporem a expertise das mulheres frente as reivindicações contra a carestia de vida, também possibilitava um espaço de construção de redes que fortalecia a criação de manifestações como os motins. Aponta que:

De qualquer modo, o mercado era uma grande ocasião de sociabilidade. Será que ninguém ousa sugerir que o dia do mercado podia ser realmente divertido? Se as mulheres tinham um papel tão importante na criação das redes de relações entre as famílias na comunidade, como é que não tomariam parte numa ocasião tão importante para a socialização da comunidade (e para as fofocas) como o mercado? (Thompson, 1998, p. 245).

Thompson reforça a proeminência de mulheres nos motins da fome em regiões onde predominavam a economia doméstica manufatureira, onde o espaço ocupado pelas mulheres nesta economia lhes assegurava autoridade e autoconfiança. Apresenta exemplos de suas prisões, sendo mais frequentes que a dos homens em penas mais brandas e menos frequentes em penas mais pesadas. Observa a violência realizada pelas mulheres que, segundo o historiador, eram menos frequentes, mas nem por isso as tornavam menos comprometidas com táticas de mobilização. Expõe que olhar para os motins e, especificamente, para a atuação feminina nos mesmos é uma forma de mostrar que táticas diferentes foram úteis e decisivas no andamento dos levantes.

Partindo das considerações de Thompson sobre a presença feminina nos motins é possível compreender o motivo de muitas vezes serem vistos como formas menos importantes e eficientes de manifestações. Apesar de não serem compostos apenas por mulheres, sua presença pode ter desempenhado papel relevante no descrédito concedido a esses levantes. No mais, as intenções do autor são de justamente ir contra essa ideia e apresentar como a presença feminina nos motins representava uma expertise advinda de seus conhecimentos domésticos, de suas trocas nos mercados com outras mulheres e de suas próprias táticas empenhadas.

Autoras como Dana Frank (1985) exploram as táticas femininas em manifestações trazendo o exemplo das donas de casa que se mobilizaram contra a alta dos preços em uma comunidade judaica de Nova Iorque em 1917. Busca apresentar as percepções destas mulheres sobre economia política: quem acreditavam estar no poder, o que achavam que deveria ser feito e como acreditavam que, como mulheres, elas poderiam afetar o sistema econômico. Ao apresentar as táticas dessas donas de casa, coloca-as em contraponto às práticas do partido socialista que, segundo a autora, não propunha a incorporação das reivindicações femininas ou se preocupava em flexibilizar as dinâmicas de gênero presentes dentro do partido.

Em contexto de crise as famílias judias possuíam duas principais estratégias para se sustentarem: redistribuição dos ganhos para alimentação, retirando de outros gastos e vendendo bens; e comprando alimentos de pior qualidade, mudando drasticamente sua cultura alimentar. Frank mostra que uma terceira estratégia seria justamente os motins. A autora reforça, em consonância com Thompson, que apesar de somente termos acesso às suas táticas e agentes no ápice das manifestações, muitas delas remontam semanas ou mesmo meses antes e se estendem para além dos principais registros. Expõe as diferentes táticas realizadas pelas mulheres, destacando os piquetes e atitudes agressivas frente outras mulheres que não aderem aos motins — como derrubada dos produtos comprados —, sem deixar de apresentar a solidariedade presente entre elas contra os ataques policiais.

Aponta para o histórico de mobilizações das mulheres judias que remonta à Europa, marcando a tradição desse tipo de manifestação. Frank também destaca que a geografia das mobilizações se relacionava com a tradição, visto que, geralmente, estavam se amotinando nos bairros em que moravam e contra os comércios locais, expondo a relação pessoal que tinham entre si e com o entorno. Essa proximidade também se dava por serem donas de casa e precisarem estar perto de suas residências e crianças caso algo ocorresse. É essa uma outra forma de pensar as estratégias dos levantes realizados, considerando o quanto a espacialidade viabilizava ou mesmo dificultava o sucesso dos motins.

Destacamos agora às considerações de Joana Dias Pereira (2014). Sua pesquisa dialoga com Thompson para pensar a economia moral dentro do contexto de mobilizações lisboenses. Procura destacar como as mobilizações contra a alta dos preços de bens de primeira necessidade, ocorridas entre 1914-1918, não se encontram desatreladas das greves organizadas pelos militantes políticos. Para a autora os protestos contra o consumo

tomaram uma dimensão política clara, principalmente pela ala mais radical do movimento sindical, os sindicalistas revolucionários.

Pereira destaca que as mulheres foram as principais afetadas pela crise econômica no entre guerras e, conseqüentemente, sua atuação diante do ciclo de agitações deve ser referenciada. A participação feminina nas fábricas foi importante para trazer novas perspectivas e reivindicações para o movimento grevista, desempenhando um papel fundamental e inédito nas manifestações. São as mulheres aquelas responsáveis pela economia familiar e trabalho doméstico e que, por este motivo, estão mais atentas ao aumento de preços. A participação feminina também representa a existência de redes de contato e discussão para além da fábrica – redes informais sejam elas familiares ou de vizinhança. A autora diz que “foi na luta em torno do consumo que as mulheres mais se destacaram como gestoras de redes de solidariedade informais que permitiram uma mobilização massiva das populações” (Pereira, 2014, p. 47).

Outro destaque da autora é que ao se distanciar da historiografia tradicional, marcando a relação existente entre os levantes populares contra a carestia de vida e o movimento organizado dos trabalhadores, o faz pensando na ideia de trabalhadores enquanto *consumidores*. É esse um ponto explorado pelo trabalho de Marcel van der Linden (2009). Há um curto capítulo no livro organizado pelo autor, *Trabalhadores do Mundo*, intitulado “Protestos de consumidores” que traz o debate e dialoga com as intenções da autora em ressaltar os bens circulantes de primeira necessidade.

Porém, a autora se distancia de van der Linden ao compreender a radicalização do movimento como algo insubstituível — para van der Linden a tática de boicote, por exemplo, pode ser não somente um complemento como também uma substituição a greve. Porém, o diálogo permanece. Van der Linden aponta que antes da década de 1960 muitos autores acreditavam que as mulheres da classe trabalhadora tendiam a enfraquecer as iniciativas dos consumidores, ao passo que o autor mostra que são necessárias mais pesquisas para afirmar tal análise. A pesquisa de Pereira vem como uma possível resposta a essa análise. Algo que Linden já sinaliza em seu texto dando o exemplo das trabalhadoras londrinas do início do século XX.

A importância de reconhecer o papel feminino nas revoltas da fome e, mais do que isso, marcar, como faz Pereira, que ele não se encontra desatrelado de um jogo político mais amplo, não remonta apenas ao caso português, como pode ser visto. Podemos mesmo traçar a importância das mulheres nas revoltas dos inquilinos em Buenos Aires, visto que foram as donas de casa aquelas responsáveis por impedirem que os policiais as expulsassem de suas moradias (Silva, 2017). Assim a questão da alta dos

preços e a participação das mulheres, operárias de fábrica, trabalhadoras subalternizadas e responsáveis pelo trabalho reprodutivo, conduziram muitas das manifestações do início do século XX, a partir de seus próprios conhecimentos e culturas, apontando para elementos próprios das mobilizações ali perpetradas.

### *Mulheres militantes na São Paulo da Primeira República*

Em São Paulo, os escritos de Glaucia Fraccaro (2018) e Margareth Rago (2014) são exemplares de pesquisas realizadas sobre a condição das mulheres trabalhadoras no início do século XX. Vale destacar que ambas atentam predominantemente às trabalhadoras de fábricas, apesar de Rago possuir uma vasta pesquisa sobre as trabalhadoras do sexo. No mais, ambas pesquisadoras pouco se atentam a vida das trabalhadoras negras, principais responsáveis pelo trabalho reprodutivo, considerando o contexto de permanências da realidade escravocrata brasileira. Propomos discorrer sobre o projeto de cidade, a exclusão feminina do mesmo e como isso implica nas considerações das autoras citadas, levantando também outros aportes que destaquem a presença de mulheres negras nesse meio. O intuito é de reforçar como a experiência dessas mulheres aponta para um conhecimento prático sobre as questões de carestia e moradia e consequente mobilização política.

Importante iniciar esse debate reconhecendo que o projeto de domesticação, controle e vigilância das mulheres não foi uno e não reverteu nas mesmas resoluções para todas elas. Consideramos que a realidade de uma mulher de classe média, dona de casa, consistia em uma forma de cerceamento de sua circulação que, em comparação as mulheres trabalhadoras, que não tinham a opção de ficar em casa, não alçava os mesmos aparatos de violência e resistência em muitos dos casos. Apontamos também uma diferença entre as mulheres que realizavam o trabalho reprodutivo dentro de suas próprias casas daquelas que o realizavam em casas de outrem. Essa diferenciação é marcada diretamente pela classe e raça dessas mulheres.

Ao falar sobre a realidade da mulher no espaço fabril, Rago aponta o discurso que entende o local de trabalho como moralmente degradante e insalubre para elas. Essa visão fora inclusive reforçada pelos companheiros de ofício como forma de garantir seus empregos, considerando que as mulheres e crianças eram pagas com os menores salários e consequentemente mais atraentes para os bolsos — e mãos — dos proprietários. Mas não somente nas fábricas essas mulheres poderiam gerar lucro. Discursos de naturalização do papel da mulher enquanto mãe e dona de casa foram essenciais para a burguesia

legitimar um outro tipo de trabalho realizado por elas, o trabalho reprodutivo (Federici, 2019). Seriam elas as principais responsáveis pela criação dos futuros trabalhadores, realizando trabalho não pago para os mesmos proprietários que um dia as empregaram. As fábricas e a rua são vistos como espaços degradantes e desviantes da ordem para mulheres e crianças. A mulher “civilizada” deveria se comprometer com o espaço doméstico, realizando seu papel enquanto mãe-cívica e exemplo da moral e dos bons costumes.

Alguns desdobramentos podem ser percebidos a partir do projeto de cerceamento da circulação feminina e direcionamento de seu papel enquanto mãe e dona de casa. Em primeiro lugar, como brevemente exposto, que a prática se distanciava do almejado. Ao pensar nas mulheres pobres, trabalhadoras formais ou informais, muitas continuaram nas ruas em seus trabalhos ou na procura por eles. Pesquisas como de Monique Borin (2014) mostram como na região da Barra Funda, marcada por uma ocupação mista de trabalhadores informais, pobres, operários e profissionais liberais; a presença feminina se fazia pelas donas de bares e botecos da região, expondo não somente uma presença em si, mas que demarcava certa independência financeira dessas mulheres e uma circulação que alcançava altas horas. A participação dessas mulheres na economia também se fazia pelo comércio ambulante, pelas quitandeiras e quituteiras, muitas destas mulheres negras. Borin apresenta um cenário em que mulheres pobres construíram redes, criando algum nível de autonomia e respeito no espaço que ocupavam.

Em diálogo, a tese de Maíra Rosin (2021) que traz para o debate os bêbados e as prostitutas do início do século XX em São Paulo, também traça um cenário de presença e circulação das mulheres no centro da cidade apesar dos marcadores de violência com os quais sofriam. Seja enquanto donas dos bordéis ou trabalhadoras do sexo, a circulação das mulheres nas noites de São Paulo ocorre apesar das inúmeras tentativas dos aparelhos estatais e municipais de apagar suas presenças das ruas em prol de uma imagem idílica de higiene e civilidade. A regulação dos horários de funcionamento de muitos desses espaços, a proibição deles de parecerem o que de fato são e os inúmeros códigos estabelecidos pelo Serviço Sanitário não foram capazes de “limpar” as meretrizes das ruas e bordeis, muito menos de impedir que demais trabalhadores continuassem a frequentar aquela região após seu horário de expediente.

Rosin expõe diversas situações a partir da documentação do Tribunal de Justiça, com casos de roubos e assassinatos que tomaram espaço nos estabelecimentos e nos corpos de mulheres pobres para também demarcar as diferentes táticas utilizadas por essas mulheres para resistir a esse contexto de extrema violência e apartamento de suas vidas

do espaço urbano. Mostra que muitas prostitutas, ao serem abordadas pela polícia, diziam serem domésticas. Isso se dava pela possibilidade de proteção, por vergonha ou a tentativa de ter algum respeito e facilitar sua saída do quadro. Poderia também representar a jornada dupla de trabalho dessas mulheres, mostrando que a realidade precária de suas vidas as forçava a circular pela cidade em mais de um ofício.

A pesquisadora também destaca a diferença existente entre o Alto e o Baixo Meretrício demarcado espacialmente. Aquele nos arredores do Theatro Municipal e este adentrando regiões como Campos Elísios que, à época, era moradia de parte da elite local, mas também contava com grande número de cortiços. Essa diferença reforçava uma separação de classe, pois as prostitutas do Baixo Meretrício eram as mais pobres, mais velhas e, em muitos casos, negras. Em comparação ao Alto Meretrício, das “polacas”, mulheres estrangeiras, geralmente advindas do Leste Europeu, brancas e novas. Essa diferenciação se dava na própria fiscalização.

...se determinados setores da população exigiam campanhas policiais e sanitárias de moralização das práticas sexuais ilegítimas, ou se mostravam solidários, por outro lado, é visível que o alvo de atuação desses poderes era a prostituição pobre, as “pensões alegres”, as tavernas, “casas de tolerância” que compunham a geografia do Baixo Meretrício e que, eventualmente, se estendiam a outros bairros populares da cidade (Rosin, 2021, p. 153).

Rosin procura indagar como as meretrizes negras se relacionavam com o espaço urbano. Pensar as relações de dominação que tais corpos sofreram considerando o período escravista. Mesmo prostitutas do Baixo Meretrício brancas se sobressaíam enquanto corpo a ser pago pela prostituição. Em contrapartida, o corpo das mulheres negras era visto como dado, como propriedade. Geralmente eram aquelas que não moravam no mesmo local de trabalho, o que reforçava um cenário em que o meretrício era uma das fontes de renda dessas mulheres, mas não a única, trabalhando muitas vezes com serviços em outros locais. Eram mulheres que habitavam pequenos quartos ou mesmo porões, sendo alvo de muitas das vulnerabilidades devido a insalubridade de suas casas e o medo da ação do Serviço Sanitário. Essas mulheres eram marcadas por uma vida na ilegalidade, excluídas de seu direito à cidade, física e socialmente. Esse processo de exclusão possibilitou a construção de redes de sociabilidade entre as mulheres, criando um sistema de proteção entre si, considerando o contexto de violência no qual estavam inseridas.

Pesquisando no jornal *O Combate*, as poucas menções que podemos encontrar sobre mulheres negras são em sua grande maioria relacionadas a cenários de violência sofridas por elas. Apenas nesses casos temos acesso a seus nomes, residências e ofícios.

Conhecemos Adelaide de tal, 30 anos, moradora da av. Brigadeiro Luiz Antonio; Maria do Carmo, 25 anos, moradora da rua Barão de Campinas, número 25, bairro da Santa Cecília; outra — ou talvez a mesma — Maria do Carmo, que circulava próxima a Casa de Tolerância na rua Monsenhor Ancleto, número 13, na região do Brás; ou Egýdia de Almeida, 19 anos, moradora da rua Barão de Limeira, número 119, bairro da Santa Cecília<sup>12</sup>. Todas essas mulheres apenas são identificadas nos jornais por terem sofrido de tentativas de atropelamento, assassinato ou suicídio. Em alguns casos não temos nem mesmo seus nomes, apenas relatos de como a rua — ou melhor, os agentes responsáveis por manter a “ordem” desta — se manteve como espaço violento para elas.

Hoje, pela manhã, uma pobre preta, quando passava pela rua Progresso, um tanto alcoolizada, foi presa pelo guarda civico n. 1380, de serviço nas imediações.

Como a infeliz não pudesse caminhar sosinha, o soldado começou a leval-a á força de safanões, chegando a fazel-a virar de pernas para o ar até o posto policial do Belemzinho.

Esta scena degradante foi assistida por varias pessoas, que, nada tendo conseguido do referido policial, communicaram-nos o facto pelo telephone (O Combate, 1919, p. 3).

O trabalho de Rosin aponta para o risco existente no andar das mulheres pelas ruas, inclusive de morte. Olhando para o jornal podemos ver o quanto essa percepção se encontra em diálogo com as considerações da pesquisadora. No mais, a separação entre público e privado era muito mais tênue do que aparentava, principalmente considerando a realidade de mulheres pobres, moradoras de habitações coletivas e pequenos quartos. Quando passavam por uma situação de violência doméstica muitas delas tinham de lidar com grande número de pessoas presentes, muitas vezes enquanto testemunhas. A falta de privacidade poderia tanto ser um ônus quanto um bônus para a situação ocorrida, visto que essas mesmas pessoas poderiam ser tanto as responsáveis pela violência quanto as que agissem denunciando e ajudando as vítimas.

Destaco ainda da pesquisa de Rosin um exemplo em específico. Em 6 de fevereiro de 1929 Raul Carlos de Oliveira, residente de uma casa de cômodos no Largo do Arouche n. 20, agrediu sua esposa, Josephina dos Santos, a socos e dentadas após ela pedir a ele que lhe desse dinheiro para pagar o aluguel. Essa situação de extrema violência é exemplar do espaço ocupado pela mulher dentro da esfera doméstica. Era ela quem tinha o conhecimento dos gastos da casa, que sabia o valor e o prazo de pagamento das contas. Porém, em muitos dos casos, não possuía a independência financeira para arcar com eles, dependendo de seus maridos ou demais figuras masculinas. A situação de violência marca

um dos desdobramentos possíveis, e infelizmente comum, desse lugar ocupado pela mulher dentro de casa.

Rosin argumenta que a cidade não foi pensada para as mulheres, apesar de sua presença constante. Isso impacta na forma como essa circulação é percebida, dentro e fora das casas, marcada pela violência e pela exclusão. No mais, como pode ser visto, ela não é recebida de forma apática, sendo comum a criação e manutenção de redes de sociabilidade e resistências que pontual e conjuntamente se formam. O que temos não é uma exclusão territorial de fato, mas sim uma prática agressiva que incrimina essa presença aos olhos das leis e costumes.

Em um segundo momento podemos discorrer sobre como o espaço doméstico, imposto para as mulheres, significa uma responsabilização pela administração da casa, levando, mesmo que pela imposição, a um conhecimento empírico sobre os problemas ali presentes, seja no preço dos bens de primeira necessidade e nos aluguéis, seja na própria condição das moradias e bairros. A partir desse conhecimento acabam por trocar suas impressões com vizinhas e, no caso daquelas que atuam também fora do espaço doméstico, com suas companheiras de trabalho.

Acredita-se então que o espaço doméstico além de não ser o único que de fato as mulheres estiveram presentes é também local de construção de pensamento crítico que gera acúmulo a partir das trocas com outras mulheres. Essa troca impacta a própria percepção que temos sobre as mobilizações políticas, com destaque para o contexto da greve geral de 1917, iniciada em uma fábrica majoritariamente constituída por operárias mulheres e crianças, a Cotonifício Crespi (Biondi; Toledo, 2018).

Importante considerar o papel do trabalho reprodutivo entendendo que muitos dos lares da população pobre brasileira no início do século XX eram comandados por mulheres. Segundo estudo de Cláudia Fonseca (2017), as mulheres eram as principais responsáveis por ao menos 40% das casas. Por meio de sua pesquisa Fonseca foi capaz de expor como o trabalho masculino não era algo com o qual as mulheres poderiam contar. Aponta para um cenário em que muitos de seus companheiros não podiam ou mesmo queriam trabalhar. A bebedeira, a violência e a ausência na criação dos filhos são pontos destacados pela autora que, longe de distantes, permanecem até os dias atuais como motivos da sobrecarga de trabalho das mulheres. Esse quadro leva ao trabalho da mulher como uma necessidade que os debates higienistas da época não eram capazes de impedir.

Fonseca corrobora com as demais pesquisadoras ao apontar que o trabalho fora de casa sempre fora uma realidade para as trabalhadoras pobres e, como Rosin, também

destaca a precariedade de suas moradias, principalmente os cortiços “gênero-porão”, predominante para trabalhadoras informais e do sexo. Ao destacar a relação entre a mulher pobre e o espaço urbano Fonseca mostra que a situação de insegurança financeira é ainda pior quando esta não tem um companheiro.

Suas considerações nos fazem pensar como se dá a circulação dessas mulheres e sua segurança. Ao serem tidas como mulheres solteiras a própria inserção no ambiente de trabalho é dificultada, tornando sua situação ainda mais precária. O intuito da autora é de mostrar como a família conjugal — monogâmica — nunca foi algo natural, mas sim construído historicamente. Isso implica entender que dentro do contexto brasileiro estudado, as formações de família devem encarar a realidade da população pobre urbana como um ponto de inflexão de muitos dos ideais moralistas e higienistas que despontavam.

Fonseca busca discutir sobre a maternidade no contexto das famílias pobres. Aponta que a experiência da família nuclear e isolada é rara em comparação a rede de cuidado que se forma entre famílias — diga-se, entre mulheres — para criar uma criança. A autora fala sobre a “necessidade de acionar estratégias coletivas para a sobrevivência das crianças” (Fonseca, 2017, p. 534). Se o cuidado é compartilhado, podemos também pensar que as preocupações e dificuldades são trocadas entre mulheres, o que reforça a possibilidade de organização e mobilização delas frente certas reivindicações. O quadro apresentado reforça que ao pensar em mobilizações contra a carestia de vida e alta dos aluguéis, a presença massiva das mulheres na administração das casas não deve ser desconsiderada.

É possível por meio da leitura dessas pesquisas apontar para uma realidade da mulher pobre na cidade de São Paulo no início do século XX que, dentro das experiências que vivencia, circulando pela cidade, trocando com suas redes locais e vivendo um contexto de aumento de crise econômica e social, que elas não estavam apartadas da possibilidade de se organizarem e de pensarem por si próprias sobre um horizonte de mudança de suas realidades. Se pouco ou nada temos de fontes que demonstrem essa atuação isso se dá menos pela impossibilidade de terem tomado forma, e muito mais pela falta de registro ou manutenção dos mesmos ao longo do tempo.

Retomemos agora trabalho de Glauca Fraccaro por entender que por meio de sua pesquisa a autora foi capaz de apontar para esse debate, considerando a atuação feminina dentro do movimento operário como central, apesar de pouco estudado de forma sistemática. O faz considerando que essas mulheres também partiam de suas próprias experiências para trazer contribuições sobre a condição da mulher na sociedade de

classes, não sendo única a atuação política das mulheres, principalmente a partir do desenvolvimento das primeiras correntes do feminismo.

Ao olhar para as mulheres trabalhadoras, com enfoque nas operárias de fábrica, Fraccaro aponta para novas visões sobre o feminismo e a condição feminina que extrapolam aquelas tomadas por figuras como Bertha Lutz. Tanto Fraccaro quanto Rago apontam para as contribuições de Patrícia Galvão por intermédio de seu romance proletário *Parque Industrial* como ferramenta de propaganda e denúncia da realidade social das mulheres trabalhadoras, personagens centrais de seu livro, discutindo sobre como as particularidades da realidade dessas mulheres interferiram diretamente na forma de organização e estabelecimento de suas reivindicações políticas.

Figuras como Patrícia Galvão fizeram parte de um movimento de militantes e intelectuais revolucionárias que buscaram questionar e criticar práticas perpetradas por feministas burguesas. Em seu caso, a partir de uma leitura comunista, Pagu, como era conhecida, propôs um olhar direcionado para a realidade da mulher enquanto central no debate sobre a mudança da condição não somente da mulher trabalhadora, mas da classe como um todo, frente o avanço da exploração do sistema capitalista (Saraiva, 2022).

Os textos de Pagu são utilizados por Rago e Fraccaro como expoente dessa discussão a partir de mulheres que viveram e discutiram sobre a realidade precária. Há ainda um questionamento, levantado por Rago, que dentro desse debate pouco se fala sobre a produção de mulheres anarquistas que, ao menos 20 anos antes de Pagu escrever *Parque Industrial*, também tomavam as ruas de São Paulo e as páginas de jornais libertários para denunciar essa realidade. Sobre Maria Antônia Soares, ativa nas mobilizações da greve de 1917 e seus desdobramentos, Fraccaro comenta:

Reivindicar respeito, que bem poderia ser uma referência a abusos sexuais cometidos por feitores e capatazes, tinha mais valor e estava mais ligado à experiência de classe das mulheres do que, até mesmo, os ideais de igualdade e emancipação, ao menos entre anarquistas. Maria Antônia Soares ao tentar descobrir a forma de “outorgar a verdadeira emancipação” às mulheres, nas colunas de *A Plebe*, afirmou que não bastava a independência econômica, nem a instrução, nem governo, sequer a igualdade de salários ou a liberdade. O voto, para ela, deixava esse conjunto de soluções ainda menos completo: “Esta coisa, que bastaria, por si só, talvez, para elevar moralmente a mulher e emancipá-la é o respeito” (Fraccaro, 2017, p. 82).

Voltaremos a figura de Maria A. Soares mais para a frente. No mais, a autora capta em sua pesquisa o contexto de constituição de espaços políticos múltiplos, ligas, sindicatos, comitês, sociedades mutualistas e demais organizações que marcaram a greve, sendo a atuação feminina central desde os primeiros momentos. Sobre a organização dos

trabalhadores no contexto da greve de 1917, Fraccaro destaca que se assemelharem a motins contra a fome. Essa discussão abre possibilidades de reforçar o papel das mulheres nessas mobilizações, considerando que elas também são vistas como centrais pela historiografia que debate sobre os motins como visto no início.

A greve de 1917 e seus desdobramentos até o ano de 1920 é um marco para a historiografia empenhada em pensar as formas de mobilizações que conformaram um quadro político revolucionário naquele contexto. Considerando tudo que foi exposto fica evidente o papel central das mulheres dentro dele. Diante desse panorama, não deixa de ser importante reforçar como esse caráter revolucionário se coloca em relação as particularidades das mulheres pobres presentes nas manifestações. Como aponta Fraccaro:

Seja fora das ligas, ou ainda dos sindicatos, a atuação das mulheres a questionar as relações de trabalho a que estavam submetidas aparecem sistematicamente em fontes cujo objetivo é policiar o que acontece dentro das fábricas. Essas fontes provêm, portanto, valiosas pistas sobre uma forma de sociabilidade largamente utilizada pelas mulheres e que não se encaixava, de antemão, nos padrões sindicais ou esperados: a família ou a vizinhança. A escolha da sociabilidade por esses dois critérios certamente promovia o conforto e alguma segurança para aquelas que tinham sua honra questionada todo o tempo, como veremos adiante. (Fraccaro, 2018, p. 55)

Essa discussão é central ao considerar as possibilidades de organização das mulheres e as principais reivindicações delas. Isso também aponta, como reforçado por Fraccaro, para outras fontes que podem trazer possíveis respostas sobre essa temática. Reflexões como essas podem ser também encontradas nos trabalhos de Borin, Pereira e Rosin previamente citados.

Fraccaro aponta para as discussões sobre o trabalho doméstico feito pelas mulheres e como isso afetava a percepção do espaço sindical, considerando que elas não teriam tempo ou motivo para se organizarem desta forma, algo semelhante é apresentado por Frank ao falar sobre as donas de casa judias. A imagem do homem provedor da família fazia com que os trabalhadores buscassem garantir a seguridade de seu trabalho, considerando os homens os trabalhadores por excelência, sendo guardado às mulheres o espaço doméstico e de ajuda ao marido. Como visto no trabalho de Fonseca, esse ideal não representava a prática, principalmente quando passamos a considerar o trabalho informal, predominante para a grande maioria da população pobre (Barbosa, 2008).

No mais, a discussão se estabelece apontando que o foco das reivindicações deveria ser: as condições de miséria, a alta dos preços e os aluguéis, mas não as questões

das mulheres. Porém, não seriam essas também pautas das mulheres? Não seriam elas, inclusive, as principais afetadas por esses embates? Considerando serem as principais responsáveis pelo trabalho reprodutivo, não seriam elas as que mais teriam domínio sobre tais tópicos? O que buscamos afirmar ao longo do artigo é que sim, são pontos centrais no debate político realizado primordialmente por mulheres.

Fraccaro busca destacar como o debate feminista se mostrava presente para além dos círculos intelectualizados e pequeno burgueses, apontando como a experiência das mulheres trabalhadoras foi catalizadora de reivindicações políticas discutidas nas mais variadas frentes. Um contexto de mobilização política central para pensarmos em legislações reconhecidas como parte da política varguista de direitos “concedidos” aos trabalhadores, mas que na realidade foram fruto de muita luta, com massiva presença feminina.

Considerar esse encadeamento de eventos e esse acúmulo é algo que reverbera nos escritos de Biondi e Toledo (2018) quando discutindo sobre o que sucede a greve de 1917. Quando pensamos na atuação massiva de mulheres durante a greve de 1917 e seus desdobramentos até 1920, não devemos deixar de considerar que muito dessa participação se deu pela percepção das manifestantes do espaço que ocupavam dentro e fora de casa, enquanto trabalhadoras formais e informais, destacando o extenso trabalho reprodutivo realizado por elas.

Estabelecemos que pensar as mobilizações sociais, por melhorias urbanas e contra a carestia da vida, não pode ser feito negligenciando o papel feminino. Trabalhos como de Biondi & Toledo e Fraccaro discorrem sobre a construção e desdobramentos da greve de 1917 considerando o avanço da historiografia nos estudos de gênero. Principalmente Fraccaro aponta para como a participação das mulheres trabalhadoras foi central não só no início da greve, como também nos caminhos percorridos por outros projetos de emancipação feminina que não se limitaram os dizeres e feitos de feministas burguesas como Bertha Lutz. Críticas a Lutz podem ser encontradas na imprensa anarquista ao longo das primeiras décadas do século XX, com destaque para a militante libertária Maria Antônia Soares, traçando um panorama ainda mais complexo de mobilizações realizadas por mulheres.

#### *Os dizeres de Maria Antônia Soares na imprensa*

Maria Antônia Soares fora contemporânea do contexto de mobilizações políticas que antecede a greve geral de 1917. Seus escritos sobre a realidade da mulher brasileira

podem ser encontrados no jornal *A Lanterna* desde 1913, além de suas contribuições para *A Plebe*, *O Cosmopolita* e *O Grito Operário* entre 1918 e 1921 (Ludimila *et al.*, 2021). Um compilado de suas publicações pode ser consultado no livro organizado pela Tenda de Livros em 2021, *Unidas nos lancemos na luta: o legado anarquista de Maria A. Soares*.

É um documento riquíssimo para quem busca se aventurar nos ideais e disputas perpetradas pelas mulheres trabalhadoras que se organizaram em ligas e centros de estudos, muitos destes em diálogo direto com o movimento anarquista do momento. Sua atuação não somente pela escrita, mas na agitação de manifestações e campanhas contra a prisão de militantes políticos foi por muitas vezes apagada. No mais, seus escritos continuam de suma importância para compreendermos ao menos parte do que as mulheres trabalhadoras não apenas vivenciavam, como também reivindicavam durante os anos que antecederam a greve geral de 1917 e seus desdobramentos até os anos de 1920.

Em texto intitulado “A Nossa Missão” publicado no jornal *A voz do trabalhador* em 2 de dezembro de 1914, Soares aponta para a natureza rebelde da mulher que apenas não se manifesta de um todo devido aos anos de submissão. Diz que: “Tanto no íntimo de todas elas ruge feroz uma terrível tempestade (isso acontece com todos os que chamamos de submissos) que um dia, inevitavelmente, se exteriorizará.” (Ludimila *et al.*, 2021, p. 90). A militante discorre sobre o momento de inflexão no qual as mulheres não mais aguentariam sua situação e se levantariam contra seus algozes. Essa visão se contrapõe a muitos dos escritos que durante as greves destacavam o caráter não violento das mulheres. A partir de Soares podemos perceber que essa visão era questionada pelas próprias mulheres participantes dessas mobilizações.

Um dos temas dos escritos de Soares a ser aqui destacado é a maternidade e a fome, sempre interrelacionadas para a anarquista, partindo da experiência da mulher enquanto mãe e principal responsável pela economia doméstica, reforçando a importância do estudo voltado para essas mulheres. Centrava suas discussões na apresentação de um cenário da miséria enfrentada por elas e seus filhos e discorria sobre possíveis caminhos para superá-lo, partindo de suas ideias libertárias, não incorrendo no Estado como aliado de suas causas e encontrando na Educação o foco de suas contribuições. Isso ocorre não somente por seus textos, mas pela própria criação em 1913 do Centro Feminino “Jovens Idealistas” que visava a “emancipação moral e intelectual” da mulher (Ludimila, 2021, p. 147).

Em artigos como “A Instrução da Mulher” publicado no jornal *Guerra Sociale* em agosto de 1916, aponta para os trabalhos realizados pelas mães e donas de casa como para:

...contribuir à felicidade dos seus amados filhos, empregando todas as horas vagas, em transmitir-lhes o maior número de conhecimentos, guiando os seus primeiros passos na vida, evitando deste modo que sejam os inocentinhos seres predispostos ao erro e ao vício (Ludimila *et al.*, 2021, p. 109).

Continua o texto destacando que a mulher representa o ponto de harmonia dentro de uma família e que são poucas as mulheres que de fato reconhecem sua importância no ambiente doméstico. Seriam estas as responsáveis por tornar a “habitação ornada com simplicidade e bom gosto” considerando “o desvelo da dona de cada em tornar aquele lugar em higiênico e agradável” (Ludimila *et al.*, 2021, p. 110).

São passagens que à primeira vista parecem simplesmente reforçar o papel da mulher na sociedade burguesa, mas que, na realidade, partem de um interesse de Soares em destacar a importância da atuação da mulher no espaço doméstico, como algo que carece de maiores estudos, possuindo sua própria expertise. Sem deixar de destacar que a dona de cada não representa a realidade da maioria das trabalhadoras, que todo “o seu tempo devem empregá-lo nas fábricas e oficinas, onde labutam sem descanso para poderem sustentar os filhos, que ficam entregues ao abandono completo.” (Ludimila *et al.*, 2021, p. 110). Complementa ainda que a miséria impede até mesmo as mulheres que permanecem em casa, do “bom gosto” de um ambiente limpo e ordenado e de filhos bem-criados e alimentados.

Soares busca pela instrução das mulheres, ainda não conquistada, questionando o debate sobre a inserção de mulheres burguesas na política institucional, apontando em um de seus textos mais conhecidos, “O Voto Feminino”, publicado em janeiro de 1920, o seguinte:

E não se venha a dizer que, uma vez sob o domínio de um governo feminino, todos esses obstáculos serão destruídos. É engano. Um governo de mulheres burguesas, conservadoras por influência do poder e mesmo por sentimento próprio, não fará em benefício das classes proletárias (e nestas estão incluídas, naturalmente, as mulheres operárias) outra coisa que o que têm feito os governos masculinos. Não o pode fazer, porque fazer qualquer coisa que realmente venha a emancipar os trabalhadores é pôr em perigo a vida da sociedade burguesa, e provocar, como consequência, a queda de toda classe de governo. E isso não lhes convém (Ludimila *et al.*, 2021, p. 126).

O trecho acima foi escrito 12 anos antes do livro de Patrícia Galvão, *Parque Industrial*, que trazia em um de seus principais trechos uma crítica direta ao feminismo burguês, com destaque para a figura de Bertha Lutz. Na década de 20 Lutz já era uma figura conhecida por sua atuação dentro do movimento feminista. No mais, desde aquela época sua visão sobre feminismo e atuação das mulheres dentro da esfera institucional era questionada por Soares que, não nos enganemos, não estava sozinha. Isso pode ser compreendido a partir da leitura das notícias de criação do Centro Feminino e mesmo de sua atuação direta na greve geral de 1917 com a Liga da Mooca. Em seu artigo Soares acaba por questionar: “A maior parte das mulheres sente-se capaz de assumir um cargo político qualquer. Pergunto: quantas há que estejam realmente habilitadas para serem mães?” (Ludimila *et al.*, 2021, p. 124).

A relação que Soares estabelece entre a atenção a ser dada para a maternidade e o que hoje podemos chamar de trabalho reprodutivo, aponta para outros direcionamentos sobre como a atuação das mulheres dentro do ambiente fabril e sua conseqüente mobilização contra as condições de trabalho dentro das fábricas não se encontra desatrelado do espaço doméstico. Soares destaca isso em seus textos e aponta como central para a construção de um outro mundo.

Em artigos como “A formosura da mulher” publicado em *A Plebe* em dezembro de 1920, Soares mostra que o principal motivo de revolta de uma mulher pobre e trabalhadora é a condenação à morte lenta de um filho pela fome. Esse cenário leva uma mãe a empregar todos os meios necessários para salvá-lo, até mesmo aqueles mais baixos, humilhantes que, ao fim, acabam por enobrecer suas ações. Para a militante, esse contexto também priva à mulher das belezas da infância e da juventude, não se referindo apenas a beleza física, mas sim do espírito, dos ensinamentos e das possibilidades de desenvolvimento de suas inteligências e reflexões de uma alma “sã, grande e nobre” (Ludimila, 2021; p. 142). Em completo diálogo com o pensamento libertário da época, os escritos de Soares despontam em uma compreensão sobre a atuação da mulher dentro e fora das fábricas como central e, ao reclamar melhores condições para elas, não o faz a partir do voto e participação na política institucional, mas sim por meio da instrução, do ensino e do reconhecimento de seu papel dentro do espaço doméstico como algo a ser valorizado e entendido também como constituidor de seus próprios saberes.

Buscamos destacar alguns trechos da produção de Maria Antônia Soares para assim conseguir expor que seus escritos são capazes de apontar para um momento em que a realidade da mulher trabalhadora estava em discussão pelas próprias e que seu levante e revolta era esperado. Compreendiam seu lugar subalternizado no espaço doméstico e a

sua circulação precária nas ruas e no espaço fabril, corroborando com as reflexões aqui expostas sobre o espaço das mulheres dentro das mobilizações contra a carestia e por melhores condições de vida. Soares nos mostra como esses conhecimentos das mulheres sobre a economia doméstica são combustível para luta.

Como visto no decorrer do texto, a presença de mulheres nas ruas, mesmo que questionada, se fez presente nas primeiras décadas do século XX. A atuação no espaço urbano se deu enquanto forma de resistência e figuras como Maria Antônia Soares são exemplares desse movimento. O mesmo não se limitou a realidade paulistana, como pode ser visto com os exemplos de pesquisas em Nova York e Lisboa. O que percebemos é que, quando juntas, essas mulheres representaram o principal expoente do debate sobre o espaço urbano e sobre a moradia, visto que eram as mais afetadas pela realidade precária da classe trabalhadora. A partir da visão das mulheres, temos um vislumbre de como essa expertise teve espaço na história e memória das mobilizações urbanas.

## Referências

BARBOSA, Alexandre de Freitas. O mercado de trabalho antes de 1930: Emprego e "desemprego" na cidade de São Paulo. *Novos Estudos*, n. 80, mar. 2008.

BIONDI, Luigi; TOLEDO, Edilene. *Uma revolta urbana: a greve geral de 1917 em São Paulo*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2018.

BORIN, Monique Félix. *A Barra Funda e o fazer da cidade: Experiências da urbanização em São Paulo (1890-1920)*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de São Paulo, 2014.

O COMBATE, São Paulo, n. 1121, fevereiro de 1919.

FEDERICI, Silvia. *Calibã e a Bruxa: Mulheres, Corpos e Acumulação Primitiva*. – São Paulo: Editora Elefante, 2019.

FONSECA, Cláudia. "Ser mulher, mãe e pobre". In: PRIORE, Mary Del (org.). *História das Mulheres no Brasil*. 10 ed., 4ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2017.

FRACCARO, Gláucia Cristina Candian. Mulheres, sindicato e organização política nas greves de 1917 em São Paulo. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 37, nº 76, p. 73-90, 2017.

FRACCARO, Gláucia. *Os direitos das mulheres: feminismo e trabalho no Brasil (1917-1937)*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2018.

FRANK, Dana. Housewives, Socialists, and the Politics of Food: The 1917 New York Cost-of-Living Protests. *Feminists Studies*, v. 11, n. 2, summer, 1985, p. 255-285.

LINDEN, Marcel van der. História do Trabalho: o velho, o novo e o global. *Revista Mundos do Trabalho*, v. 1, n. 1, jan-jun, 2009.

LUDIMILA, Aline (et al.) *Unidas nos lancemos na luta: o legado anarquista de Maria A. Soares*. São Paulo: Tenda de livros, 2021.

PEREIRA, Joana Dias. O ciclo de agitação social global de 1917-1920. *Ler História*, n. 66, 2014.

PERROT, Michel. *Os excluídos da história: Operários, mulheres e prisioneiros*. Tradutor: Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017.

RAGO, Margareth. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar: Brasil 1890-1930*. – 4. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

ROSIN, Máira Cunha. *Dos bêbados, das putas e dos que morrem de amor: os marginais do embelezamento e dos melhoramentos urbanos (1905-1938)*. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade de São Paulo, 2021.

SARAIVA, Samara Akemi. “*Impróprio para menores e senhoritas*”: Parque Industrial – a história e a recepção de um romance sobre mulheres proletárias. 2022. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História) – Universidade Federal de São Paulo, Guarulhos, 2022.

SILVA, Henrique De Aro. *A greve de inquilinos de 1907 em Buenos Aires e o fenômeno do conventillo como metáfora de uma sociedade em transformação*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2017.

THOMPSON, Edward P. “Economia moral revisada”. In: THOMPSON, Edward P. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. Revisão técnica: Antonio Negro, Cristina Meneguello, Paulo Fontes, São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 203-266.

Artigo recebido em 06/08/2024

Aceito para publicação em 18/02/2025

Editor(a) responsável: Nathan Rodrigues Falcucci

---

<sup>1</sup> Matérias publicadas no jornal *O Combate* nos dias 12 de outubro de 1917, 27 de maio de 1918, 29 de maio de 1918 e 3 de maio de 1920, respectivamente.